



Votação do Orçamento para 2013 é concluída

Marcia Mariz/Agência Senado



Renan Calheiros preside sessão do Congresso Nacional em que foi finalizada a análise do Orçamento deste ano

Após quase três meses desde a primeira tentativa, em dezembro, o Congresso aprovou a Lei Orçamentária deste ano, que vai à sanção

O projeto de lei de Orçamento da União para 2013 foi aprovado ontem no Senado. A proposta, que já havia sido aprovada na Câmara semana passada, passou por votação nominal a requerimento de senadores da oposição, que anunciaram recurso ao STF para que o Congresso analise antes os 3 mil vetos presidenciais da pauta. **4**

Fabricante de carro deverá ter plano para reduzir poluição **8**

Senado pode aprovar hoje mais direitos a domésticas **7**

Grupo debate prioridade para ações coletivas de consumo **11**

Estatuto da Juventude pode ser votado em 27 de março **9**

Governadores discutem pacto federativo no Congresso hoje **3**

Reforma do ICMS encontra divergências entre estados

Secretários de Fazenda não chegaram a consenso sobre projeto que deve ser votado dia 26 na Comissão de Assuntos Econômicos. **5**



Lindbergh (C) conduz debate com representante do Ministério da Fazenda e secretários do Paraná, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco e Mato Grosso do Sul

José Cruz/Agência Senado

Comissão recebe sugestões para MP que trata do setor elétrico **6**

Senadores temem falta de internet móvel na Copa das Confederações **12**

Comitiva relata experiência dos EUA em eventos esportivos **10**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Fotos mostram os principais momentos do Senado em 2012

Foi aberta ontem, no corredor conhecido como Túnel do Tempo, a exposição *As 100 Fotos de 2012 — imagens que contam o Senado*. As imagens, feitas pelos fotógrafos da Casa, podem ser vistas até 8 de abril. **2**

Paula Cinquetti, Anibal Diniz, Jorge Viana, Davi Emerich, Flexa Ribeiro, Claudia Lyra e Doris Peixoto inauguram a exposição

Mostra de fotos reconta o ano de 2012 no Senado

Entre as cem fotografias que resumem o ano, estão imagens da CPI do Cachoeira e da discussão dos royalties do petróleo; exposição pode ser visitada até 8 de abril

O SENADO INAUGUROU ontem a exposição *As 100 Fotos de 2012 — imagens que contam o Senado*. As fotografias ficarão expostas no hall de acesso às Alas Tancredo Neves e Teotônio Vilela (final do corredor conhecido como Túnel do Tempo) até 8 de abril.

A exposição reúne momentos marcantes de 2012 no Senado, como as discussões sobre a distribuição dos royalties do petróleo e sobre a Lei Geral da Copa e as CPIs do Cachoeira, do Tráfico de Pessoas e da Violência Contra a Mulher.

Na opinião do primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), a exposição comprova o profissionalismo dos veículos de comunicação da Casa.

— É um trabalho feito com muita dedicação. Não há uma atividade que a gente faça que não tenha uma boa cobertura — afirmou o senador, para quem o desempenho da equipe de comunicação do Senado alcançou um nível “quase impecável”.

A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, felicitou a Casa por contar com uma equipe de excelentes fotógrafos, que registram “a essência dos fatos de forma precisa”.

A secretária-geral da Mesa,



Paula Cinquetti apresenta exposição aos senadores Anibal Diniz, Jorge Viana e Flexa Ribeiro e aos diretores Davi Emerich, Claudia Lyra e Doris Peixoto

Claudia Lyra, elogiou a seleção das imagens:

— Como podemos constatar, 2012 foi um ano bastante movimentado, com assuntos polêmicos. E isso está bem retratado aqui. Todos esses momentos estão eternizados.

A coordenadora de Fotografia, Paula Cinquetti, chamou a atenção para o caráter de registro histórico que o material fotográfico atingiu:

— A exposição começou como um projeto de valorização da fotografia. Não da fotografia apenas como captura do dia a dia, do factual, ou como ilustração de reportagens, mas da fotografia que revela a marcha da história.

Segundo o diretor da Secretaria de Comunicação Social (Secs), Davi Emerich, a cobertura jornalística do Senado não deixa nenhum fato passar

despercebido na Casa.

— Fazemos cerca de 300 mil fotos por ano. Em uma semana, são 8 mil, mais do que o Senado produziu nos seus primeiros 170 anos de existência — afirmou Emerich.

Também estiveram presentes na solenidade os senadores Anibal Diniz (PT-AC) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e o diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), Florian Madruga.

CORREÇÃO

Chama-se Marquinho Gomes e não Marquinhos Moura o fotógrafo responsável pela imagem da nutricionista Valéria Mortara que aparece no *Especial Cidadania* sobre obesidade publicado na edição de ontem. A identificação incorreta está no crédito da foto.

Comissão do Regimento do Congresso já tem comando



Waldemir Barreto/Agência Senado

A comissão criada para apresentar uma proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso será presidida pelo deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP). Ele foi escolhido ontem. O vice-presidente é o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

E o relator, o senador Romero Jucá (PMDB-RR). O vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), que integra a comissão, lembrou que o Regimento Comum é de 1970 e passou por mudanças desde a Constituição de 1988. Segundo ele, várias resoluções foram editadas e formam um volume quatro vezes maior que os 152 artigos do Regimento Comum. Para ele, falta coesão estrutural, uma vez que as regras não estão reunidas num único texto.

A próxima reunião da comissão será na terça-feira.

Souza cita PEC que cria 4 tribunais regionais federais



Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador Sérgio Souza (PMDB-PR) informou que o colégio de líderes da Câmara dos Deputados decidiu incluir na pauta de votações do Plenário daquela Casa a Proposta de Emenda à Constituição 544/02 (PEC 29/01 no Senado), que cria tribunais regionais federais (TRFs) no Amazonas, na Bahia, em Minas Gerais e no Paraná.

Atualmente, a Justiça Federal conta com cinco tribunais regionais, que atendem todos os estados. Eles estão localizados em Brasília (1ª Região), Rio de Janeiro (2ª), São Paulo (3ª), Porto Alegre (4ª) e Recife (5ª).

O TRF da 1ª Região, por exemplo, abrange 14 estados.

O objetivo da proposta é descentralizar, desafogar e agilizar a Justiça.

Garibaldi é ministro que ouve a população, diz Jucá

Romero Jucá (PMDB-RR) elogiou o desempenho do senador licenciado Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) à frente do Ministério da Previdência Social. Segundo Jucá, o atendimento à população pelo ministério melhorou muito desde que Garibaldi assumiu a pasta, em 2011, com mais qualidade e mais respeito.

— A atuação de Garibaldi

honra o PMDB. Ele não é um ministro de gabinete, é um ministro que vai às ruas ouvir a população.

Romero Jucá disse que participou junto com Garibaldi da inauguração de uma agência previdenciária em Alto Alegre (RR) e aproveitou para solicitar ao ministro mais postos de atendimento em outras localidades, como

Rorainópolis e Boa Vista.

Também participou da inauguração o presidente do INSS, Lindolfo Neto, informou o senador.

Jucá também comunicou que vai participar hoje, junto com a presidente Dilma Rousseff, do lançamento do Programa Mulher: Viver sem Violência, no Palácio do Planalto.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Alfabetização

14h O projeto (PLV 2/13) que trata do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa continua trancando a pauta de votações do Plenário.

PRESIDÊNCIA Pacto federativo

11h Renan Calheiros participa de reunião sobre o pacto federativo, no Salão Negro do Congresso; às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária; e, às 18h, recebe o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, e delegação da missão de inspeção do Bureau Internacional de Exposições.

CDR Política nacional

8h Em audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, apresenta a proposta da nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

CI Indústria petrolífera

8h30 A comissão vota projeto que inclui toda a área da Sudene no regime especial de incentivos para a indústria petrolífera.

CAS Educação dos empregados

9h A comissão analisa projeto que visa à desoneração de tributos de empresa que custeia a educação dos empregados.

CCJ Empregados domésticos

10h Comissão analisa projeto que estende aos empregados domésticos direitos já assegurados aos demais trabalhadores.

PACTO FEDERATIVO Governadores

11h Presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Alves, se reúnem com governadores no Salão Negro.

MESA Reunião

18h30 Reunião administrativa da Mesa do Senado.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Governadores debatem hoje pacto federativo

Reunião com os presidentes do Senado e da Câmara pode obter um acordo para o texto final sobre a redistribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados

OS PRESIDENTES DO Senado e da Câmara, Renan Calheiros e Henrique Eduardo Alves, se reúnem hoje com governadores para discutir o pacto federativo, em busca de acordo para a divisão da receita dos impostos entre estados, municípios e União. Dessa reunião, pode sair um texto de consenso sobre a

redistribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), prevista para ser votada dia 19 em Plenário, como é a intenção de Renan.

O encontro ocorre em meio a uma série de discussões nas duas Casas a respeito da unificação das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

(ICMS); da criação de fundos de desenvolvimento para os estados; da redução do índice de correção das dívidas estaduais; entre outros temas, como os royalties do petróleo, objetos de recente decisão do Congresso e de ações no Supremo Tribunal Federal.

Alves pediu aos governadores uma pauta mínima de

propostas que estabeleçam um novo pacto federativo, de modo que o assunto possa ser decidido o quanto antes no Congresso. “São dois ou três assuntos. Não adianta apresentar 20 temas, pois isso não resolve nada”, advertiu o presidente da Câmara.

Para o deputado, o atual pacto federativo está esgotado,

e a situação dos municípios piora a cada dia.

— Sou de um tempo em que o município era o primo pobre da nação, mas hoje é o paupérrimo. Esse ente está muito defasado nas questões orçamentária, administrativa e política. Os estados também estão com problemas. Não podemos ficar assim — disse.

Renan informa a Dilma derrubada dos vetos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que hoje enviará mensagem à presidente da República, Dilma Rousseff, informando que foram rejeitados pelos parlamentares os vetos ao projeto de partilha dos royalties do petróleo.

Após receber a mensagem,

a presidente tem 48 horas para promulgar o texto. Caso não o faça, o presidente do Senado o fará, conforme determina a Constituição, dentro de um outro prazo de 48 horas. E, se este não o fizer, a tarefa caberá ao vice-presidente do Senado.

Os vetos à lei que redistribui os royalties do petróleo foram

derrubados na madrugada do dia 7, em sessão do Congresso. Com isso, a nova legislação será o projeto de Wellington Dias (PT-PI) aprovado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados na forma de substitutivo de Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Votado em 2011 pelo Senado, esse texto foi confirmado pelos deputados em novembro de 2012. Quando o texto chegou ao Palácio do Planalto, Dilma o vetou parcialmente, rejeitando 142 itens. Com a derrubada dos vetos pelo Congresso, restaura-se o projeto elaborado no Senado.

Pelo texto, a União tem a fatia reduzida de 30% para 20%. Os estados produtores terão redução de 26,25% para 20%. Os municípios confrontantes, que ficam diante de campos petrolíferos, sofrerão a seguinte redução: de 26,25% passam para 17% e chegam a 4% em 2020. Os municípios afetados pela exploração de petróleo também sofrerão cortes: de 8,75% para 2%. O percentual a ser recebido pelos estados e municípios não produtores saltará de 8,75% para 40%.

O texto prevê também a redistribuição da participação especial. Nesse caso, os 50% a que a União tem direito hoje passarão a ser 42%. A partir daí, com a expectativa de aumento das receitas, a União voltará a ter a alíquota ampliada ano a ano.

Senado recebe visita da diretora-geral da ANP

A 11ª rodada de licitações de áreas para exploração de petróleo e gás, prevista para os dias 14 e 15 de maio, no Rio de Janeiro, foi o principal assunto do encontro entre o presidente do Senado, Renan Calheiros, e a diretora-geral da Associação Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Magda Chambriard.

De acordo com Magda, serão ofertados 289 blocos: 166 no mar e 123 em terra.

— Os leilões vão diversificar geograficamente a área de produção de gás e petróleo no Brasil. As áreas serão licitadas em 11 estados, sendo 10 no Norte e no Nordeste — disse.

As possíveis ações no STF sobre os royalties do petróleo não irão prejudicar

os leilões, de acordo com a diretora. Ela disse que as licitações preveem contratos futuros, enquanto as ações sobre os royalties tratam de contratos já firmados. Segundo a diretora, os leilões têm potencial para gerar negócios muito lucrativos e a possibilidade de criação de milhares de empregos.

Magda elogiou a Petrobras, apesar de admitir que a empresa tem problemas pontuais “no curto prazo”. Ela disse que o governo terminou de capitalizar a empresa, viabilizando a produção de até 5 bilhões de barris de petróleo de área do pré-sal.

— A Petrobras está em um momento invejado por outras empresas de petróleo e tem um futuro brilhante pela frente — afirmou.

Moreira Manz/Agência Senado



Presidente do Senado, Renan Calheiros (D) — à frente de Flexa Ribeiro, Eduardo Braga e Vital do Rêgo — tem o dever de promulgar a Lei dos Royalties caso Dilma Rousseff não o faça no prazo de 48 horas

Jonas Pereira/Agência Senado



Magda: leilões vão diversificar geograficamente a área de produção

Lopes quer ICMS cobrado na origem

Se a cobrança do ICMS relativo ao petróleo vier a ser feita na origem e não no destino, será uma maneira de fazer justiça ao Rio de Janeiro e ao Espírito Santo, que perderão receitas com a nova distribuição dos recursos dos royalties, disse Eduardo Lopes (PRB-RJ).

— Vamos tirar os royalties? Então vamos voltar o ICMS para o Rio de Janeiro. Vamos ver se os estados não produtores de petróleo querem isso — propôs.

Segundo o senador, nos últimos 25 anos, o Rio de Janeiro teria arrecadado com os royalties vinte vezes

mais se a cobrança do imposto fosse feita na origem.

Para o senador, a derrubada do veto a artigos da Lei dos Royalties, na última semana, foi motivada pelas dificuldades dos estados, que teriam visto uma oportunidade de receita imediata, mesmo que com o sacrifício de contratos já celebrados.

Lopes alertou os representantes de estados não produtores para o fato de a derrubada do veto não ser garantia da distribuição igualitária dos recursos, já que os produtores recorreram ao Supremo Tribunal Federal para anular a sessão.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vanessa: Petrobras reflete crise

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) contestou as críticas do PSDB, segundo o qual a Petrobras enfrenta uma situação crítica. O pronunciamento foi motivado pelo seminário *Recuperar a Petrobras é Nosso Desafio*, promovido pelos tucanos na Câmara dos Deputados. Para a senadora, a situação da Petrobras reflete o cenário econômico atual.

— São números que cabem dentro desta conjuntura econômica. Não é só a Petrobras. As grandes petroleiras do mundo também tiveram ou estão tendo problemas nos últimos anos — disse.

Segundo Vanessa, o PSDB pretendia

privatizar a empresa durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002) e agora mudou de opinião. De acordo com ela, a privatização só não ocorreu por causa da resistência popular e de parte dos parlamentares.

Mulher

A senadora também destacou o pronunciamento feito pela presidente Dilma Rousseff, na sexta-feira, pelo Dia Internacional da Mulher.

Vanessa elogiou medidas anunciadas, como a criação de Centros de Atendimento Integrado à Mulher e a desoneração de produtos da cesta básica.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Análise começou semana passada, quando o texto foi aprovado na Câmara e teve a votação adiada no Senado. Oposição anunciou recurso ao STF alegando que há 3 mil vetos com preferência na pauta

Congresso conclui votação do Orçamento para 2013

APÓS QUASE TRÊS meses de espera, o Congresso Nacional concluiu ontem a aprovação do Orçamento da União para 2013. A Câmara dos Deputados já havia aprovado o texto semana passada, mas faltava a ratificação do Senado, que aconteceu agora — foram 54 votos favoráveis e duas abstenções. As despesas previstas são de R\$ 2,28 trilhões, dos quais R\$ 110,61 bilhões se destinam aos investimentos das estatais e R\$ 610 bilhões ao refinanciamento da dívida pública. Também está incluído nesses cálculos o salário mínimo de R\$ 678. A matéria irá à sanção. Prevista para dezembro, a

votação da proposta orçamentária (PLN 24/12) foi adiada devido à polêmica em torno da Lei dos Royalties do petróleo e a divisão dos recursos entre todos os estados e municípios do país, e não apenas entre os produtores. Após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o Plenário derrubou o veto na semana passada.

Em seguida, o presidente do Congresso, Renan Calheiros, colocou o Orçamento em votação. O texto foi aprovado na Câmara, mas a análise pelo Senado foi adiada após Aloysio Nunes Ferreira (SP), líder do PSDB, anunciar que pediria verificação do quórum

mínimo de 41 senadores por entender que o Congresso deveria votar, antes, os mais de 3 mil vetos pendentes de análise. Ontem, o mesmo pedido foi feito por Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), mas nesse caso havia quórum suficiente, e a votação do Orçamento, em geral feita de forma simbólica, passou a ser nominal.

O relator do Orçamento, Romero Jucá (PMDB-RR), alterou a proposta para permitir que diversas categorias do serviço público federal fossem beneficiárias do reajuste salarial de 5% neste ano. Para isso, foi alterada a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013.



Senadores José Pimentel (em pé) e Eduardo Braga (C) debatem MP

Empresários portuários elogiam MP, mas cobram logística melhor

Na quinta audiência pública da comissão mista que examina a Medida Provisória 595/12 (MP dos Portos), ontem, empresários elogiaram o incentivo do governo à ampliação das instalações portuárias, mas cobraram investimentos em infraestrutura terrestre e eliminação de obstáculos burocráticos de modo a tornar a logística brasileira mais competitiva. Os debatedores também temem que a indefinição sobre regras de concessão iniba os investimentos necessários para manter a competitividade.

Mauro Santos Salgado, da Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop), saudou a medida por respeitar os contratos em vigor, mas considera que a norma criou incentivos desproporcionais à construção de terminais privados que, para ele, podem causar a “desidratação” dos portos públicos.

Por sua vez, Wilen Manteli, da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), cobrou a adequação de 54 contratos de arrendamento

firmados antes de 1993 mas ainda não adaptados à Lei 8.630/93. Ele lembrou que os terminais representam mais da metade da movimentação em portos públicos, e investimentos estão “represados”.

— Há uma sonegação aos direitos dessas empresas. A lei é igual para todos. Não se pode adaptar uma parte e não adaptar outra — afirmou.

Richard Klien, da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público (Abratec), defendeu que a lei deve garantir investimentos para que os terminais recebam navios maiores. Ele também pediu isonomia entre operadores portuários equivalentes, lembrando que arrendatários antigos incorreram em grandes custos.

— Se forem competir com terminais que não têm esses ônus, ao final do contrato estarão numa enorme e injusta

desvantagem — disse Klien.

Kátia Abreu (PSD-TO), porém, contestou a afirmação de que a regra nova para os portos privados tirará competitividade dos portos públicos, salientando que a Lei dos Portos é de 1993, anterior à privatização, e sempre foi possível a alternativa do porto privado.

— Ninguém mandou ninguém entrar na marra nesse negócio. Todo mundo entrou por livre e espontânea vontade. É um negócio extraordinário, graças a Deus — disse.

Para José Augusto de Castro, da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), o país tem capacidade de aumentar a qualidade da exportação se “fizermos o dever de casa”. Ele defendeu a importância do Conselho de Autoridade Portuária (CAP), que estimulou a competitividade, e protestou contra

o artigo da MP que reduz o órgão de deliberativo a consultivo.

Paulo Fernando Fleury, do Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos), criticou a concentração do

controle das ações portuárias em Brasília e avaliou que as novas regras de licitação impõem aos concessionários responsabilidades acima de seu alcance e criam desequilíbrio quanto aos direitos adquiridos. Fleury espera que o governo faça sua parte na dragagem dos portos e na abertura de linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

José Rebelo III, da Federação Nacional das Empresas de Navegação Marítima, Fluvial, Lacustre e de Tráfego Portuário (Fenavega), elogiou o avanço na MP ao extinguir a diferenciação entre carga própria e carga de terceiros, mas teme que ficará incerta a continuidade das operações e dos investimentos.

Blairo Maggi (PR-MT) e José Pimentel (PT-CE) também participaram do debate.



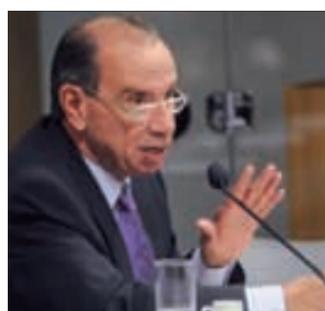
Romero Jucá (D), relator do Orçamento, conversa com Cássio Cunha Lima durante votação, ontem: polêmica continua

Para PSDB, vetos devem ser analisados antes

O líder do PSDB no Senado, Aloysio Nunes Ferreira, avisou na semana passada que o partido recorrerá ao Supremo Tribunal Federal para anular a votação do Orçamento.

Ele está entre os que argumentam que a proposta orçamentária só poderia ser votada após o exame de todos os vetos presidenciais pendentes, cerca de 3 mil. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) levantou a questão novamente ontem.

Segundo Aloysio Nunes, “a Constituição é clara: enquanto houver vetos que ainda não foram votados, não se pode



Segundo Aloysio Nunes, Constituição obstrui pauta com vetos pendentes

votar nenhuma outra matéria de competência do Congresso”. O risco, segundo ele, é que o Orçamento aprovado sob tais condições se torne “um instrumento frágil, que pode

ser derrubado por qualquer medida liminar”.

Por outro lado, o líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), afirmou que “desde 1989, ou seja, durante os governos Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, a regra sempre foi esta: vota-se o Orçamento independentemente de existirem vetos presidenciais a serem analisados”.

O mesmo argumento foi utilizado por Renan Calheiros logo após a votação de ontem.

Renan defende desoneração de alimentos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, parabenizou ontem o governo federal pela iniciativa de baixar impostos dos produtos que compõem a cesta básica.

A desoneração foi adotada por meio da Medida Provisória (MP) 609/13, que zerou a incidência de PIS-Pasep e Cofins em 16 itens da cesta básica, como arroz, feijão, açúcar, farinha, pão, óleo, manteiga, frutas e legumes.

O presidente do Senado

falou sobre a medida ao chegar a Alagoas para visitar as obras do Canal do Sertão com a presidente da República, Dilma Rousseff.

Renan reforçou que, para surtir efeito, a desoneração precisa chegar ao bolso do consumidor, que deve pagar mais barato pelos produtos da cesta básica.

— É preciso que os empresários busquem os melhores meios para repassar ao trabalhador os benefícios

concedidos pelo governo para a cesta básica. Os preços dos alimentos têm de cair para o consumidor. O Congresso Nacional vai fazer a sua parte para aprovar o mais rápido possível essa medida, que vai beneficiar a família brasileira — afirmou.

Renan Calheiros também disse que é importante que os governos estaduais consigam eliminar o ICMS que incide sobre os produtos da cesta básica.

Projeto que combate a guerra fiscal não consegue consenso de secretários estaduais de Fazenda durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos

Estados divergem sobre unificação do ICMS

SECRETÁRIOS DE FAZENDA de sete estados discordaram ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sobre a proposta do Executivo (PRS 1/13) de unificar em 4% as alíquotas interestaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Enquanto os representantes do Sul e do Sudeste apoiaram a unificação, os do Norte, Nordeste e Centro-Oeste defenderam 4% para mercadorias com origem nos estados do Sul e Sudeste e 7% nos demais estados.

Durante 4 horas e 45 minutos de debates, só houve uma unanimidade entre os secretários: o governo federal precisa dar mais segurança ao Fundo de Compensação de Receitas (FCR), pelo qual fará transferências aos estados para cobrir perdas com a redução de alíquotas, e ao Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que substituirá o ICMS como instrumento de atração de investimentos privados. Grande parte dos secretários



Haully defende uma reforma tributária, ao lado de Benevides, Trinchão, Lindbergh, Barbosa, Colombini, Câmara e Julianelli

defendeu também a elevação do aporte da União ao FDR via Orçamento. Pela proposta do governo, esse aporte seria de 25%, com os 75% restantes assegurados por bancos oficiais.

O que os secretários temem é que se repita com o FCR o que aconteceu com a Lei Kandir, instrumento criado pelo governo federal em 1996 para isentar de ICMS produtos e serviços exportados. Por falta de clareza nas regras, as perdas

dos estados exportadores, hoje avaliadas em R\$ 28 bilhões ao ano, são compensadas parcialmente, em R\$ 3,6 bilhões, a cada ano. Temendo a repetição do problema, eles querem que os fundos sejam criados por emenda constitucional.

O consultor do Senado José Patrocínio da Silveira explica que a guerra fiscal precisa acabar porque prejudica os próprios estados, a economia nacional e os consumidores.

— Com as isenções fiscais, a arrecadação dos estados cai bastante. Para compensar, muitos aumentam outras alíquotas, como as que incidem sobre combustíveis, energia elétrica, comunicação e até medicamentos. Isso prejudica enormemente as classes mais pobres e também as próprias empresas, fazendo com que a produção no Brasil passe a ter custos bem mais altos que a de outros países — disse.

Proposta da União é uma saída ordenada, afirma representante da Fazenda

A unificação das alíquotas em 4% até 2025 é uma saída organizada da guerra fiscal, disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa. A proposta da União, segundo ele, é fruto de discussões com diversos setores e representa o consenso possível, de modo que cada estado precisará ceder um pouco.

Barbosa disse que a concessão de benefícios fiscais por um estado sem consentimento dos demais é uma prática que já se esgotou, gera insegurança jurídica e é usada como forma de barganha pelas empresas. Ele disse que o FCR vai compensar os estados que vierem a ter perdas de arrecadação e o FDR vai impedir prejuízos nos estados que dependem da concessão de benefícios.



Nelson Barbosa diz que cada estado terá que ceder um pouco

Minas quer redução em 8 anos, em vez dos 12 sugeridos pelo governo

Durante a reunião na CAE, os representantes dos estados do Sul e Sudeste, considerados mais desenvolvidos e que apoiam a unificação das alíquotas, fizeram algumas sugestões em relação à proposta do governo federal.

O secretário de Fazenda de Minas Gerais, Leonardo Colombini, disse que a redução gradativa ao longo de 12 anos deveria ser feita em, no máximo, 8 anos. Colombini concordou com a manutenção de uma alíquota diferenciada para a Zona Franca de Manaus, mas disse que esse percentual deveria ser menor que os atuais 12%.

— Um estado não pode conceder incentivos com o prejuízo de outro estado; isso é quebra de federalismo.

O desenvolvimento econômico não pode ser feito em detrimento de outro estado — disse Colombini.

Essa iniciativa do governo federal de manter as prerrogativas da Zona Franca de Manaus foi elogiada pelo secretário do Amazonas, Afonso Moraes.

Para o secretário do Paraná, Luiz Carlos Haully, o Brasil é o país que mais tributa o consumo no mundo e precisa fazer uma “reforma sem remendos” do sistema tributário para crescer a 10% ao ano. Segundo ele, não existe no Brasil e no mundo um imposto mais complicado do que o ICMS. Esse tributo, disse Haully, é “cheio de brechas e facilidades para alguns e de dureza para outros”.

Secretário do Ceará prevê desastre para Norte, Nordeste e Centro-Oeste

A igualdade de alíquotas interestaduais do ICMS vai representar um desastre para os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, na opinião do secretário de Fazenda do Ceará, Carlos Mauro Benevides Filho. Ele observou que as indústrias não terão estímulo para se instalarem fora do grande eixo consumidor do país, as regiões Sul e Sudeste.

O secretário do Mato Grosso do Sul, Jader Julianelli Afonso, disse que, sem benefícios fiscais, custos e dificuldades logísticas afastariam de seu estado os empreendimentos econômicos. Ele assegurou que isso não interfere no crescimento dos estados desenvolvidos e argumentou que é melhor arrecadar menos ao dar

benefícios do que não receber nada caso a empresa não se instale em seu território.

O secretário de Pernambuco, Paulo Henrique Saraiva Câmara, reconheceu que a medida provisória conseguiu avanços em relação ao que vem sendo discutido no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), mas aponta a necessidade de um prazo de transição, que haja compensação e que o FDR tenha um aporte de recursos que garanta investimentos.

Já o secretário do Maranhão, Cláudio Trinchão, disse que as alíquotas de 7% para Norte, Nordeste e Centro-Oeste e de 4% para Sul e Sudeste têm apoio de 20 dos 27 secretários. Para ele, essa pode ser a base de um acordo no Senado

Viana destaca audiências e pede participação de governadores no debate

Jorge Viana (PT-AC) destacou em Plenário a agenda de audiências públicas da CAE sobre a unificação do ICMS, que começaram anteontem.

Para o senador, a partilha do Fundo de Participação dos Estados e o ICMS estão entre as agendas mais importantes do Senado neste semestre. De acordo com ele, o debate sobre o ICMS precisa ser conduzido com equilíbrio, sob o risco de levar ao enfraquecimento da Federação. Viana disse que, se a condução da reforma não for bem feita, haverá mais prejuízos para os estados do Norte e Nordeste, com o risco de o Brasil aprofundar o fosso das desigualdades regionais. Ele defendeu a aprovação da Medida Provisória 599/12, que cria o FCR, e pediu que o governo federal e os governadores, participem desse debate, junto com o Congresso.

Votação na comissão deve acontecer no dia 26



Lindbergh diz que há tempo para debate com qualidade sobre a questão

O presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), disse que a comissão deve votar no dia 26 o projeto de unificação do ICMS. Antes, no dia 21, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, participará de audiência pública sobre essa questão e outros temas econômicos, como as oportunidades de investimento e o uso da chamada contabilidade criativa. Os temas foram solicitados em dois requerimentos

que estavam na pauta da CAE.

Cyro Miranda (PSDB-GO) questionou o dia da audiência com Mantega, afirmando que a data escolhida esvaziaria outras comissões do Senado. Lindbergh respondeu que o uso das quintas-feiras pela comissão será feito apenas no mês de março devido à urgência de votar o projeto.

Cyro opinou que a questão do ICMS é muito complexa para que seja votada ainda este

mês. Lindbergh discordou, citando a perda de prazo para a votação de novos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados.

— Esta Casa tem que decidir. Eu tenho certeza de que, ao colocar esse prazo, estamos mandando um recado para todos os secretários de que é para valer, de que as negociações têm que acontecer mesmo. E acho que há um tempo de debate de qualidade.

Comissão mista recolhe sugestões para MP que trata do setor elétrico

Medida trata da Conta de Desenvolvimento Energético, fundo que subvenciona consumidor de baixa renda e incentiva energia alternativa

A COMISSÃO MISTA que analisa a Medida Provisória (MP) 605/13 fez ontem a segunda de uma série de audiências públicas para debater a matéria, que altera os objetivos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Os convidados apresentaram sugestões de emendas à medida, que serão analisadas pelo relator, deputado Alexandre Santos (PMDB-RJ).

A CDE é uma espécie de fundo financeiro destinado a custear a promoção do desenvolvimento energético dos estados, projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, programas de subvenção aos consumidores de baixa renda e garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa).

A MP 605/13 define fontes de recursos para a CDE, de forma a garantir a redução tarifária concedida pelo governo federal por meio da MP 579/12. A verba da CDE vem de multas pagas pelas empresas do setor elétrico, pagamentos pelo uso



Usina de Corumbá, em Goiás: Congresso Nacional analisa medida provisória que modifica regras do setor elétrico

de bens públicos por usinas hidrelétricas, cotas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a serem pagas pelas empresas distribuidoras e uma contrapartida da União. Para este ano, os recursos da União virão da Eletrobras, por meio de créditos de Itaipu, na ordem de R\$ 4,1 bilhões.

Para Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, um dos participantes da audiência, a MP complementa normas anteriores sobre o tema, mas ainda pode ser

aperfeiçoada pelo Congresso. A sugestão do pesquisador é dar mais definição às fontes de recursos da CDE, a fim de evitar que, diante da demanda de recursos para a conta, o equilíbrio do setor seja comprometido.

A sugestão de Sales é que se inclua na Lei Orçamentária da União o montante anual com que o governo federal contribuirá com a CDE para impedir que, no futuro, essa contrapartida seja cortada ou extremamente reduzida. Por outro lado, ele propõe que seja

criado um teto para as cotas das empresas distribuidoras de energia, já que esse cálculo é feito pela Aneel a partir das necessidades do setor.

— Seria uma dupla garantia. De um lado, os recursos seriam assegurados no Orçamento da União. Do outro, estabelece para as cotas um limite razoável para as empresas distribuidoras. Se faltarem recursos para atender à demanda, não se ultrapassaria aquela cota nem se colocaria em risco o setor — explicou.

Urbanitários querem mais segurança no trabalho

A inclusão, no texto da MP 605/13, de uma emenda para garantir a segurança dos trabalhadores do setor elétrico foi sugerida pelo presidente da Federação Nacional dos Urbanitários, Franklin Gonçalves. A entidade, que representa trabalhadores de energia, saneamento, gás e meio ambiente, havia emplacado essa emenda na MP 579/12, que foi aprovada pelo Congresso.

O trecho, entretanto, foi vetado pela presidente Dilma.

Pela emenda, a renovação da concessão fica condicionada ao bom desempenho das concessionárias nos quesitos saúde e segurança do trabalhador. A proposta segue o exemplo do que já foi aprovado na medida anterior, de condicionar a renovação das concessões a padrões de qualidade na prestação do serviço.

De acordo com Gonçalves, 55% dos trabalhadores do setor são terceirizados e vítimas de 91% dos acidentes de trabalho. Apenas 9% dos acidentes acontecem com trabalhadores do quadro próprio das empresas.

— Algumas ações são importantes para impedir essa situação deplorável pra o trabalhador, principalmente nas empresas terceirizadas

— defendeu, afirmando que depois de muita discussão, a Aneel já estaria disposta a aceitar a emenda.

O relator-revisor da comissão, senador Lobão Filho (PMDB-MA), pediu aos convidados que encaminhassem as sugestões por escrito à comissão. O relator da MP, deputado Alexandre Santos, disse que conversará com o governo federal sobre a emenda.

Inácio comemora retomada das obras no São Francisco



Inácio Arruda (PCdoB-CE) comemorou a retomada das obras de transposição do Rio São Francisco. O senador é membro da comissão temporária criada para acompanhar os programas de transposição.

Ele informou que na semana passada a comissão realizou uma visita ao eixo norte da obra, na companhia do ministro da Integração, Fernando Bezerra, e de representantes de órgãos de controle. Humberto Costa (PT-PE), Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Cícero Lucena (PSDB-PB), integrantes da comissão, também participaram da visita.

— As obras foram retomadas, e isso é muito importante. São milhares de pessoas trabalhando, até em regime integral em alguns trechos — informou.

Inácio ressaltou a complexidade da engenharia do projeto e elogiou o trabalho de técnicos ambientais, que estão trabalhando no registro da fauna e da flora da região atingida pela obra.

Transposição impressiona, afirma Humberto Costa



Humberto Costa (PT-PE) relatou visita oficial às obras de transposição do Rio São Francisco na Paraíba, no Ceará e em Pernambuco.

— Uma coisa é a gente ouvir falar ou ver pela televisão. Outra coisa é constatar in loco essa obra, que é indescritível. Eu nunca tive oportunidade de ver uma coisa parecida,

ainda mais pela importância dessa obra para 390 municípios do semiárido, para mais de 12 milhões de pessoas e para a atividade econômica, porque água significa vida, agropecuária, possibilidade de empreendimentos industriais — afirmou.

A comissão temporária que acompanha as obras visitou o eixo norte da transposição e ouviu membros do governo federal, de órgãos de controle e das empresas envolvidas na construção. Em abril, anunciou Humberto, nova delegação visitará o eixo leste.

Ele também parabenizou as cidades de Recife e Olinda (PE) pelos aniversários de 476 e 478 anos.

Lídice pede ajuda para produtores do semiárido

Lídice da Mata (PSB-BA) reiterou apelo para que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) adquira maior quantidade de milho para distribuir aos pequenos produtores do semiárido nordestino, atingidos pela pior seca das últimas décadas.

A senadora também defendeu melhorias na logística de distribuição e transporte do produto, como forma de possibilitar a entrega direta nos municípios prejudicados.

Ela disse que a esperança dos produtores e criadores de pequenos animais do Nordeste concentra-se no dia 19, quando se comemora o Dia de São José, data marcada por chuvas na região.

Lídice salientou que é preciso facilitar o acesso dos produtores ao milho, sobretudo em relação ao cadastro, que tem causado demora no recebimento do produto. Ela ressaltou que o processo de distribuição “tem um nó” que impede a entrega direta do milho nas comunidades. As dificuldades são maiores nos locais que carecem de armazéns, como é o caso da Bahia, onde há apenas cinco da Conab e cinco particulares, “o que é pouco para atingir e suprir os produtores com milho”, afirmou.

Delcídio preside subcomissão da Usina de Belo Monte

A subcomissão temporária de acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte elegeu ontem, por aclamação, Delcídio do Amaral (PT-MS) para presidir o colegiado. Como vice-presidente foi escolhido Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O relator será Ivo Cassol (PP-RO).

Depois da eleição, Delcídio agradeceu o apoio e afirmou que a construção da usina propicia um acúmulo de experiência, útil não apenas na construção de barragens na Amazônia, mas sobretudo em função das novas condicionantes trabalhistas e ambientais.

Ao final da reunião, foi aprovado requerimento de Flexa Ribeiro marcando visita ao canteiro de obras da Usina de Belo Monte para os próximos dias 4 e 5 de abril.

A subcomissão foi criada em 2011 com o objetivo de examinar as questões sociais, técnicas, econômicas e ambientais associadas à construção da usina hidrelétrica no estado do Pará.



Subcomissão presidida por Delcídio visitará canteiro de obras em abril

Relatora pedirá aprovação da PEC das Domésticas

Lídice apresentará relatório hoje; proposta garante a trabalhador doméstico direitos como adicional noturno, hora extra, FGTS e seguro-desemprego

A SENADORA LÍDICE da Mata (PSB-BA) deve apresentar hoje seu relatório pela aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 66/12) que estende aos trabalhadores domésticos os direitos já assegurados aos demais trabalhadores. Se o relatório for aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a proposta irá imediatamente para o Plenário, onde será votada em dois turnos.

— Vou propor a aprovação sem emendas, como veio da Câmara dos Deputados, visando dar agilidade à votação



"Vou propor a aprovação sem emendas, como veio da Câmara, para dar agilidade à votação", diz Lídice da Mata (E)

dessa importante pauta — afirmou a senadora.

Lídice disse que as mudanças vão corrigir uma distorção histórica — o tratamento discriminatório contra os trabalhadores domésticos.

— A PEC inclui 17 incisos no

artigo 7º da Constituição, como direitos que os trabalhadores domésticos passam a ter. É importante incorporar o direito previsto no inciso XXXIII em função do combate ao trabalho infantil, que infelizmente é uma realidade dentro do mercado

de trabalho doméstico — disse.

O dispositivo proíbe a exploração do trabalho de menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz. Outros direitos que fazem parte do texto são a contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

(FGTS), o seguro-desemprego, o pagamento de hora extra e o adicional noturno.

A PEC assegura ainda remuneração mensal nunca inferior ao salário mínimo, jornada semanal de 44 horas (com oito horas diárias de trabalho), proibição de qualquer discriminação em função de sexo, idade, cor, estado civil ou deficiência e pagamento de hora extra em valor, no mínimo, 50% acima da hora normal.

Atualmente, a categoria reúne 7 milhões de brasileiros, dos quais apenas 2 milhões trabalham com carteira assinada. Do total, 93% são mulheres.

Na última quarta-feira, durante as comemorações pelo Dia Internacional da Mulher, o presidente do Senado, Renan Calheiros, comprometeu-se com a aprovação da PEC até o final do mês.

Audiência discute distribuição de lucros entre funcionários

Na audiência pública para debater a Medida Provisória (MP) 597/12 — que diminuiu o Imposto de Renda cobrado na participação nos lucros e resultados (PLR) recebida por trabalhadores —, representantes sindicais pediram maior acesso aos dados contábeis das empresas.

Para o diretor da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Antônio Lisboa, deve haver também um patamar mínimo para a distribuição dos lucros entre os trabalhadores, como há nos dividendos pagos aos acionistas de empresa, de 25% do lucro líquido.

A MP, editada no final do ano passado, isenta do pagamento do IR a PLR recebida no valor

de até R\$ 6 mil. Entre R\$ 6 mil e R\$ 15 mil, a alíquota varia de 7,5% a 22,5%, com parcela crescente a ser deduzida, até atingir a alíquota de 27,5%, para PLRs pagas com valores acima de R\$ 15 mil. A audiência pública sobre a MP foi realizada pela comissão mista instituída para avaliá-la.

O vice-presidente da Força Sindical, Miguel Eduardo Torres, disse que a distribuição dos lucros tem de ser obrigatória, e não opcional, como determina a lei. Ele também afirmou que a PLR não deve gerar Imposto de Renda, como acontece também na distribuição dos lucros por meio de dividendos. Ele propõe que a negociação em torno da MP



MP editada ano passado isenta trabalhadores do pagamento de IR sobre participação nos lucros de até R\$ 6 mil

altere o limite de isenção para R\$ 10 mil.

O vice-presidente da União Geral dos Trabalhadores Lourenço Ferreira do Prado também defendeu isenção do Imposto de Renda até o

limite de R\$ 10 mil, além de maior acesso, por parte dos trabalhadores, aos dados sobre os lucros das empresas. Ele sugeriu que trabalhadores participem não somente nos lucros, mas também nos

resultados. Ele propôs ainda que a gratificação semestral, comum nas empresas do setor financeiro, receba o mesmo tratamento tributário dado à participação dos lucros pela MP.

Paim defende liberdade sindical do funcionalismo



Paulo Paim (PT-RS) saudou a presidente Dilma Rousseff pela promulgação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) feita na última semana. A convenção estende aos trabalhadores do serviço público as mesmas garantias e

condições de associação e de liberdade sindical asseguradas para os da iniciativa privada.

— Isso quer dizer que está assegurado convenção coletiva, direito de greve e organização sindical ao servidor público — esclareceu Paim.

Paim disse que aprofundará o debate sobre o tema em um café da manhã hoje com a Confederação Nacional dos Servidores Públicos. Lá o senador será homenageado pela defesa dos trabalhadores da área pública e da área privada e dos aposentados e pensionistas.

Paim também disse que se reuniu com representantes da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), que completa dez anos neste ano.

Cassol pede urgência para texto sobre servidor de RO



Ivo Cassol (PP-RO) apresentou requerimento de urgência no exame do projeto (PLC 2/13) que dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, militares e empregados oriundos do ex-território de Rondônia, elevado à condição de estado pela Constituição de 1988. O requerimento também é assinado por Valdir Raupp (PMDB-RO).

Cassol lembrou que um acordo entre o governo, a bancada estadual e sindicatos de Rondônia deu origem ao projeto, da Presidência da República. Com a aprovação da proposta, os servidores do ex-território terão a oportunidade de decidir se querem fazer parte do quadro estadual ou permanecer no quadro federal em extinção.

Ivo Cassol apelou ainda à ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para que o governo assumira os encargos sociais da proposta, que, em sua avaliação, terá efeitos positivos para a população de Rondônia.

Randolfe cita recondução de procuradora-geral



Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) elogiou a recondução da promotora Ivana Cei para o cargo de procuradora-geral de Justiça do Amapá. O senador enalteceu a recuperação das atribuições do Ministério Público, empreendida pela procuradora em sua primeira gestão à frente da instituição, e sua "atuação implacável no combate aos tenebrosos esquemas de corrupção" existentes no estado.

Randolfe elogiou o governador do estado, Camilo Capiberibe, que poderia escolher outro promotor para o cargo, mas acatou a eleição em que Ivana Cei teve o voto de 70 dos 73 integrantes do Ministério Público.

O senador lembrou que, em 2010, foi realizada no Amapá a maior operação da história da Polícia Federal, denominada Mãos Limpas, que levou à prisão parte das lideranças políticas do estado. Randolfe disse que sua eleição e a do governador Capiberibe significaram "o desejo do povo amapaense de encerrar um tempo de vergonha".



Pela proposta, fabricantes deverão apresentar plano de adequação para que, em cinco anos, consumo seja reduzido em 10%

Comissão aprova meta de consumo de combustíveis

Projeto que estabelece meta de redução do consumo de combustíveis pelos automóveis, a fim de diminuir a emissão de gases poluentes, é aprovado por 7 votos a 6 na Comissão de Meio Ambiente

A COMISSÃO DE Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem o projeto que estabelece meta de redução do consumo de combustíveis pelos automóveis a fim de diminuir a emissão de gases poluentes. Pelo PLS 55/08, os fabricantes são obrigados a apresentar, em um ano, um plano de adequação para que, em cinco anos, o consumo seja reduzido em 10%.

Jorge Viana (PT-AC) se posicionou contrário ao projeto porque, segundo ele, não há como adotar padrões europeus para medição de poluição no Brasil. Ele foi acompanhado por outros cinco senadores.

— O mérito da proposta é muito bem-vindo, mas, no Brasil, temos os carros flex, o etanol e uma situação bastante diferente e mais complexa.

Já o relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), foi acompanhado por outros cinco senadores. O desempate veio do presidente da CMA, Blairo Maggi (PR-MT), que votou favoravelmente ao projeto de Gim (PTB-DF).

Foi aprovado por unanimidade projeto de Ivo Cassol (PP-RO) que obriga postos de combustíveis a informar o preço dos seus produtos no site da Agência Nacional do Petróleo (ANP). O substitutivo ao PLS 353/11 passará por turno suplementar na CMA antes de seguir para a Câmara.

Tribunal de Contas

Outros dois projetos de caráter terminativo foram aprovados na reunião. O PLS 108/11 determina que o presidente do Tribunal de Contas da União

(TCU) compareça ao Senado pessoalmente, em audiência, para apresentar os relatórios trimestrais das atividades do órgão.

Também foi aprovado o projeto que traz taxas de juros especiais a quem financiar equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão. O PLS 738/11 já tinha parecer favorável da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e agora seguirá para a Câmara dos Deputados.

Ainda sobre o uso racional da água, a CMA rejeitou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 139/10, que obrigava inclusão de campanha de racionalização do consumo de água, energia e gás nas faturas emitidas por concessionárias dos serviços públicos.

Conscientização sobre mudanças climáticas

Evento em comemoração ao Dia Nacional de Conscientização sobre as Mudanças Climáticas marcará a abertura dos trabalhos da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC) em 2013, na próxima terça-feira. O tema foi sugerido por Cristovam Buarque (PDT-DF) e dá início ao ciclo de audiências públicas previsto no plano de trabalho elaborado pelo relator, deputado Sarney Filho (PV-MA).

Ele ressaltou as duas vertentes que sustentam a proposta. Em primeiro lugar, mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, que, segundo o deputado, já influenciam os modos de produção e vida



Senadora Vanessa Grazziotin e deputado Sarney Filho na comissão mista

dos brasileiros. O domínio sobre essa variável é importante, acrescentou, para formatação das políticas públicas de prevenção e combate a desastres naturais. A outra vertente está focada no controle da emissão

de gases do efeito estufa. Sarney Filho assinalou a particularidade do Brasil em relação a outros países, caracterizada pela participação expressiva do desmatamento no lançamento de poluentes na atmosfera.

Suplicy elogia desocupação de terra indígena em Mato Grosso

A força-tarefa do governo federal que promoveu a retomada por índios xavantes do território Marãiwatsédé, área de 165 mil hectares no norte de Mato Grosso, foi elogiada por



Waldemir Barreto/Agência Senado

Eduardo Suplicy (PT-SP).

No ano passado, a Justiça determinou que fazendeiros que ocupavam o território deixassem essas áreas para uso do povo xavante. A retirada dos produtores e das famílias que habitavam a região foi concluída no final de janeiro deste ano, cerca de dois meses após o início da desocupação da terra indígena Marãiwatsédé.

— Essa experiência mostrou que, quando o Estado brasileiro se articula de forma coerente e colaborativa, os direitos constitucionais de todos podem ser preservados, principalmente dos mais frágeis e vulneráveis como

indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais — disse.

O senador registrou que a Câmara Municipal de São Paulo realizou, em fevereiro, um ato em defesa da comunidade indígena

xavante e do bispo dom Pedro Casaldáliga, que agiu em prol dos índios no processo. Durante o evento, o secretário de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, Paulo Maldos, que atuou na retomada do território, explicou que os índios xavantes foram retirados à força daquela área em 1966.

O senador também cumprimentou o secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, pela preservação dos direitos culturais e territoriais dos xavantes.

— Provou o governo Dilma Rousseff que esse processo pode ser realizado de maneira ordeira e pacífica.

Figueiró: Funai estimula confronto entre índios e produtores em MS

Ruben Figueiró (PSDB-MS) acusou a Fundação Nacional do Índio (Funai) de estimular conflitos entre índios e produtores rurais em Mato Grosso do Sul.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Segundo o senador, muitas mortes já ocorreram no estado devido a permanentes confrontos.

— Essa realidade vem de muitos anos, mas, nos últimos tempos, sinais de radicalismo estão se exacerbando, sinalizando que poderá ocorrer o pior, caso as autoridades não tomem providências urgentes — advertiu.

De acordo com Figueiró, as comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul ainda não conseguiram superar a secular condição de pobreza e dificuldade em que vivem, o que tem contribuído para aumentar a tensão nos conflitos

da região.

O senador também acusou a Funai de receber recursos de ONGs estrangeiras e de servir como “braço ideológico” do Conselho Indigenista Missionário. Ainda de acordo

com Figueiró, a Funai desobedece atos normativos do Ministério da Justiça.

Degradação

— A Funai está extremamente aparelhada, dominada por um modelo de pensamento arcaico, fechada em si mesma. A Funai diz defender os interesses das etnias indígenas em Mato Grosso do Sul, mas os submete à miséria e à degradação. A Funai diz agir conforme preceitos constitucionais, mas, por meio de caminhos burocráticos obscuros, estimula comunidades indígenas a adotar o confronto como forma de luta pela terra — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Infraestrutura não acompanha aumento da produção, diz Raupp

Apesar de o Brasil ser uma potência agrícola mundial, ainda falta infraestrutura, sobretudo para o transporte da produção, afirmou Valdir Raupp (PMDB-RO).

— Como vamos ser um dos

maiores produtores de grãos do mundo se não temos como transportá-los? — questionou.

O senador elogiou as políticas do governo para a área agrícola, com aumento de crédito, redução nas taxas de

juros ao produtor, estímulo à pesquisa e assistência técnica de qualidade. Raupp afirmou, no entanto, que o investimento em infraestrutura não acompanha o aumento na produção de grãos, o que gera dificuldades

no escoamento da safra e alta no preço do frete.

Raupp pediu a construção do trecho da Ferrovia Transcontinental entre a capital de seu estado, Porto Velho, e Mato Grosso.

Comissão deve iniciar análise do Estatuto da Juventude este mês

Debate realizado ontem na CAS evidenciou um ponto básico de discordância: a faixa de idade que deve caracterizar a condição de jovem

O PROJETO DO Estatuto da Juventude pode ser votado ainda este mês na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Pelo cronograma acertado ontem, em audiência, a proposta (PLC 98/11) deve entrar na pauta do dia 27, uma semana após reunião de trabalho entre o relator, Paulo Paim (PT-RS), e representantes de órgãos de governo e organizações envolvidas no debate. O objetivo é buscar convergência em torno de aspectos ainda não consensuais.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que é fundamental que o Congresso ajude o governo na formulação de políticas públicas para a juventude.

— O Estatuto da Juventude é prioridade — garantiu.

A audiência na CAS evidenciou um ponto básico de discordância: a faixa de idade que deve caracterizar a condição de jovem, que definirá com precisão o grupo populacional alvo da atenção de políticas públicas cujas diretrizes serão estabelecidas no estatuto. O texto também deverá definir regras para acesso com



Severine Macedo, senadores Moka e Paim e Rebeca Ribas na CAS: projeto da Câmara define juventude entre 15 e 29 anos

meia-entrada a espetáculos públicos, emissão da carteira de estudante e reserva de assentos gratuitos em transporte público interestadual.

Pelo projeto da Câmara dos Deputados, a faixa etária da juventude vai de 15 a 29 anos. O relatório aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, no fim do ano, manteve esse ponto sem alteração, depois de debate que também revelou divergências.

Um dos pontos levantados na CAS foi que o conceito legal de adolescência definido

pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) vai de 12 a 18 anos.

A assessora da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Maria Izabel da Silva, apontou uma sobreposição inadequada. Além da inconveniência disso para a atuação de duas secretarias de governo, seus órgãos e redes interinstitucionais, ela alertou para o que seria o risco maior: incluir jovens de 15 aos 18 anos na faixa do Estatuto da Juventude pode servir como mais um argumento aos

defensores da redução do início da maioridade penal, de 18 para 16 anos.

Já a secretária nacional de Juventude, Severine Macedo, discordou. Segundo ela, o que decorrerá da aprovação do novo estatuto é uma complementaridade de políticas entre o ECA e o Estatuto da Juventude. Severine reafirmou o compromisso em “não retroceder uma vírgula” nas conquistas atuais, como a questão da maioria penal e, ainda, a idade mínima para a entrada no mercado de trabalho.

Projeto obriga médico a trabalhar em cidade pequena

Projeto que obriga médicos que tiverem os cursos de graduação custeados com recursos públicos a trabalhar em municípios pequenos ou localidades carentes de grandes cidades, por pelo menos dois anos, será debatido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O requerimento propondo a audiência pública foi apresentado por Paulo Paim (PT-SP), relator da matéria, e Ataídes de Oliveira (PSDB-TO). O projeto (PLS 168/12), de Cristovam Buarque (PDT-DF), institui o chamado exercício social da profissão. A obrigatoriedade vale para alunos que estudaram em instituições públicas ou privadas.

A CE também aprovou requerimento para realização de audiência pública com a professora Jonilda Alves e dez de seus alunos da cidade de Paulista, no sertão da Paraíba. Os estudantes conquistaram medalhas, sendo cinco de ouro, na Olimpíada Brasileira de Matemática.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Adiada votação de proposta que coíbe venda de monografias

Foi retirado da pauta de ontem da CE projeto que prevê a divulgação obrigatória de trabalhos acadêmicos de conclusão de curso superior, com o objetivo de evitar plágio e coibir a venda de monografias.

O pedido de retirada foi feito por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), relator do texto. Ele já havia apresentado relatório pela aprovação da matéria, mas disse ser necessário mais tempo para analisar se a proposta é compatível com a Lei de Direitos Autorais.

O autor do projeto (PLS 199/12), Blairo Maggi (PR-MT), argumentou, na justificativa da proposta, que tem havido displicência na divulgação dos trabalhos acadêmicos de conclusão dos cursos no país, o que alimenta “práticas abusivas e desonestas de compra de monografias e plágio”. A intenção dele, com o projeto, é conferir caráter público aos trabalhos acadêmicos de final de curso e obrigar a divulgação dos textos.



José Cruz/Agência Senado

Santoro teme desestímulo a espetáculos culturais

Na opinião de Sodrê Santoro (PTB-RR), o ideal seria considerar como teto para o Estatuto da Juventude a idade entre 24 e 25 anos, na qual, normalmente, as pessoas já concluíram os estudos. O senador disse que empresários

vão se sentir desestimulados a montar espetáculos culturais subsidiados para o público potencial de 50 milhões de brasileiros de até 29 anos.

O presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), lembrou que o debate sobre a

faixa etária ainda não se esgotou e que os senadores podem apresentar emendas. Paulo Paim pediu a “construção do consenso” possibilitando que, por acordo entre líderes, o projeto seja aprovado mais rapidamente. O exame nas

Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Defesa do Consumidor (CMA) e de Direitos Humanos (CDH), onde terá decisão terminativa — passaria ao Plenário.

Para Alessandro Melchior, da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, os adolescentes acima de 15 anos serão beneficiados tanto com as medidas protetoras do ECA quanto com os estímulos das políticas para os jovens.

— Nessa fase, o adolescente demanda do Estado não só proteção, mas também a possibilidade de emancipação, autonomia e participação.



Fila de cinema em shopping de Brasília: público a ser beneficiado com subsídio chegaria a 50 milhões de pessoas no país

Ana Volpe/Agência Senado

Wellington pede rápida aprovação

Wellington Dias (PT-PI) destacou que, depois da audiência pública sobre o Estatuto da Juventude realizada ontem na CAS, recebeu a visita dos representantes do Conselho Nacional de Juventude, que pediram a rápida aprovação do projeto (PLC 98/11).

— Este ano, temos um ambiente altamente favorável para esta aprovação — disse, lembrando que a Igreja Católica

realizará a Jornada Mundial da Juventude deste ano no Brasil.

De acordo com o senador, muitas bancadas têm conversado e mostrado interesse na aprovação do estatuto.

Wellington ainda registrou que seu gabinete recebeu uma carta do líder comunitário Caetano Silva, de Assunção do Piauí (PI), indignado com uma matéria publicada no portal UOL, em 10 de março, dizendo

que os moradores da cidade estão comendo rato para não passarem fome. Segundo Caetano, as fotos são de outra localidade e os depoimentos, de cidadãos que não moram na cidade. Ele acrescenta que a região enfrenta dificuldade com a seca, mas tem conseguido garantir a alimentação.

— É uma matéria depreciativa. Já fiz um comunicado ao UOL — informou o senador.



Wellington destaca que a Jornada Mundial da Juventude será no Brasil

Waldemir Barrato/Agência Senado

Delegação norte-americana diz como usar a Copa para o desenvolvimento

Experiência dos Estados Unidos no uso de recursos gerados por eventos e em parcerias foi apresentada ontem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte

A TRANSFORMAÇÃO DO legado de grandes eventos esportivos em projetos de desenvolvimento foi tema de reunião realizada ontem entre uma delegação dos Estados Unidos e o presidente e a vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Cyro Miranda (PSDB-GO) e Ana Amélia (PP-RS).

Segundo a senadora, a delegação pretende cooperar com o Brasil para transferir a experiência dos Estados Unidos na inclusão social a partir do legado deixado pela Copa do Mundo e pelos Jogos Olímpicos. Os eventos ocorreram naquele país, em 1994 e 1996, respectivamente.

— São projetos muito interessantes, envolvendo crianças e jovens em atividades esportivas, especialmente em zonas de vulnerabilidade e risco — disse Ana Amélia,



Cyro Miranda (D) conversa com Ana Amélia em encontro com delegação chefiada por Reta Jo Lewis (2ª à dir., acima)

referindo-se a ações da Fundação de Futebol dos Estados Unidos, criada após a Copa de 1994.

Os projetos apoiados pela fundação começaram com recursos gerados pela Copa, sendo depois alimentados por parcerias com empresas privadas ligadas ao esporte.

— É uma oportunidade importante para o Brasil, pois a experiência norte-americana pode servir de referência para o nosso país. Eles estão chegando antes da Copa, e assim

nós podemos nos preparar para atuar quando terminar a Copa — disse a senadora.

Na opinião de Reta Jo Lewis, representante para Assuntos Intergovernamentais Globais do Departamento de Estado dos Estados Unidos, os jogos devem resultar em oportunidades para todos e não apenas para aqueles que vão até os estádios assistir às partidas. Ela considera que as diferenças entre Brasil e Estados Unidos não dificultam a troca de experiência entre

os dois países e que serão possíveis as parcerias com governos estaduais e municipais, empresários, universidade e organizações governamentais.

Para o presidente da Fundação Americana de Futebol, Ed Foster-Simeon, que integrou a delegação em visita à CE, a experiência norte-americana em comunidades menos favorecidas mostrou que o esporte é um forte instrumento de inclusão social e de promoção da saúde de crianças e jovens.

Proposta protege cultura de congelamento de verbas

Um projeto que inclui as despesas orçamentárias destinadas à cultura entre as que não podem ser contingenciadas foi aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e segue para decisão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta (PLS 20/11 — Complementar) modifica a Lei de Responsabilidade Fiscal para estender às despesas com a cultura a mesma proteção dada aos gastos considerados obrigações constitucionais do município, estado ou União.

A autora, senadora Lídice da Mata (PSB-BA), propõe a medida para garantir a continuidade de ações

programadas para o setor de cultura, considerada por ela “agente catalisador da inovação e da expressão da criatividade nacional e, também, de instrumento essencial e prioritário para o bem-estar e o desenvolvimento do povo brasileiro”.

Para o relator, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o setor tem sido marginalizado, sendo insuficiente o investimento público para formação de artistas e apoio às manifestações culturais. E, como agravante dessa falta de recursos, Aloysio vê o contingenciamento de verbas e a consequente interrupção de projetos culturais como uma ameaça ao setor.

Comissão endurece controle sobre projetos com renúncia fiscal

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou por unanimidade proposta de Alvaro Dias (PSDB-PR) que obriga a publicação de dados sobre projetos culturais que captem recursos por meio de renúncia fiscal e que não tenham sido avaliados pelo Ministério da Cultura.

Após analisar essas informações, o Ministério da Cultura poderá inabilitar os responsáveis pela má aplicação dos recursos num prazo de até três anos. No Executivo, a Controladoria-Geral da União

também terá mais recursos para exigir providências para a correta aplicação do investimento, sem comprometer o trabalho do TCU e, na esfera do Legislativo, da própria CMA.



Proposta do senador Alvaro Dias foi aprovada por unanimidade na CMA

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Avança projeto que beneficia cliente de empresas aéreas

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou a proposta do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) que obriga empresas aéreas a serem mais claras com o consumidor na hora de vender passagens.

O PLS 359/12 diz que os valores das taxas para remarcação, cancelamento e reembolso do bilhete aéreo precisam estar escritas de forma clara e destacada no contrato.

Ao proteger o regime de liberdade tarifária, o projeto também proíbe cobrança de valor superior ao preço do bilhete pela remarcação, cancelamento ou reembolso da passagem. Essa regra é especialmente benéfica se a passagem foi comprada em promoções.

Além disso, é assegurado ao consumidor a utilização, para cancelamento, do mesmo canal utilizado para a compra da passagem, garantindo-se ainda um prazo de arrependimento de duas horas após a aquisição do bilhete, de modo a corrigir eventual erro que tenha cometido ao comprar o serviço.

A proposta tramita em conjunto com o PLS 364/12, de Ivo Cassol (PP-RO), que obriga as empresas aéreas a informar a quantidade de assentos em cada classe tarifária, o custo e restrições de cada classe e a quantidade de assentos vendidos.

A matéria passará por votação terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Texto prevê envio de contas também por e-mail

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou projeto que obriga concessionárias de serviços públicos a oferecer ao usuário a opção de receber a cobrança por e-mail, sem desobrigá-las de enviar por correio. Caso seja aprovada pelas Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Constituição e Justiça (CCJ), a proposta (PLS 28/12) irá para a Câmara dos Deputados.

Para o autor do projeto, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o envio por e-mail é importante para as situações de extravio de correspondência ou greve dos Correios.



Ao lado de Ferraço (4º à esq.), Rollemberg avalia que o código precisa se adaptar a mudanças nas formas de comércio

Prioridade a ação coletiva de consumo cria divergência

Uma das mudanças previstas na proposta de modernização do Código de Defesa do Consumidor prevê julgamento prioritário para ações coletivas; para entidade, alteração burocratizará acesso à Justiça

NA SEMANA DO Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, celebrado em 15 de março, a comissão temporária que avalia a modernização do Código de Defesa do Consumidor debateu propostas de alteração nas ações coletivas.

Audiência pública realizada ontem evidenciou a falta de consenso entre diferentes setores da sociedade quanto ao PLS 282/12, projeto em análise pelo colegiado que busca garantir prioridade de julgamento a ações desse tipo.

Dar agilidade à tramitação de ações coletivas na Justiça foi o objetivo da proposta apresentada pela comissão de juristas que discutiu a atualização do Código de Defesa do Consumidor, de acordo com Ada Pellegrini Grinover, que integrou o colegiado e foi uma das participantes da audiência. O número excessivo de ações individuais de pequenas causas, como ressaltou, tem causado morosidade no trabalho do sistema judiciário.

— A primeira preocupação foi a de superar dificuldades que a utilização por mais de 20 anos de processos coletivos tem demonstrado. O objetivo

Para associação de consumidores, Procons terão atuação reduzida

Segundo Rosana Grinberg, do Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor, alguns itens do projeto podem limitar a atuação de associações civis, da Defensoria Pública, dos Procons e do Ministério Público, o que prejudicará os cidadãos mais pobres.

Gregório Assagra de Almeida, assessor da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, também manifestou preocupação

é dar mais celeridade ao processo e dar mais eficácia à decisão coletiva — explicou Ada Pellegrini.

O promotor de Justiça Paulo Roberto Binicheski, do Distrito Federal, informou que há processos de ações coletivas tramitando há mais de 15 anos.

— Parece que é muito complexo para o juiz julgar um processo coletivo. E ele vai deixando essas ações de lado — disse.

Porém, para a presidente do Fórum Nacional das Entidades

com emendas apresentadas que vão ocasionar, segundo ele, a restrição da atuação de associações civis:

— As associações fazem parte do estado democrático. São inconstitucionais emendas que querem restringir a atuação dessas associações.

Para o relator da comissão, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), as divergências em relação ao projeto reforçam a necessidade de aprofundar ainda mais o debate.

Cíveis de Defesa do Consumidor, Rosana Grinberg, a redação atual do projeto estabelece excessiva formalidade para as ações coletivas, o que pode ter efeito contrário ao desejado.

— Caso o projeto se transforme em lei, o exercício da ação civil pública para a defesa de direitos individuais homogêneos restará carregado de tantas formalidades, a nosso ver inúteis, que resultará no acúmulo desmedido de ações individuais, sobrecarregando ainda mais o Poder Judiciário.

Leis sobre superendividamento e comércio eletrônico

O Código de Defesa do Consumidor, embora sendo um inegável marco, necessita de ajustes em função das rápidas e inevitáveis mudanças nas formas de comércio e de prestação de serviços, observou o presidente da comissão temporária,

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Para Horácio Xavier Franco, da Comissão Nacional de Defensores Públicos de Defesa do Consumidor, o CDC não necessita de uma reforma propriamente dita, mas sim da atualização dos pontos não

contemplados originalmente.

O presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor, Murilo de Moraes e Miranda, propôs que os temas do superendividamento e comércio eletrônico sejam tratados em leis específicas, “sem alterar um código que agora se consolida e que é um patrimônio do povo brasileiro.”

A procuradora regional da República Valquíria Quixadá disse que as mudanças propostas ao PLS 282/12 podem representar um retrocesso.

— É muito temeroso para uma proposta do consumidor alterar a Lei da Ação Civil Pública, que trata de muitos outros interesses — disse.



Compras pela internet deveriam ter lei específica, sugeriu um dos debatedores

Vital pede aprovação de lei para a internet

Vital do Rêgo (PMDB-PB) defendeu o Projeto de Lei 2.126/11, conhecido como marco civil da internet. Em tramitação na Câmara, estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil.

— É um dos mais relevantes projetos em discussão em nosso Parlamento — disse.

O senador afirmou que o Brasil tem 94 milhões de usuários da internet. Ele chamou a atenção para o fato de o ambiente virtual ser tão diversificado quanto qualquer ambiente social.

— Muitas relações reproduzem o real e outras são próprias da internet — disse o senador, argumentando que vem daí a necessidade de fixar uma referência normativa específica.

Para Vital, a ausência de norma faz com que as relações na internet criem suas próprias regras, com os riscos evidentes do ambiente virtual. Na avaliação do senador, o projeto busca um equilíbrio, garantindo a liberdade de expressão e respeitando a privacidade do cidadão.

O texto focaliza os direitos e as responsabilidades dos usuários e dos fornecedores de serviços de rede. O senador ressaltou, porém, que o projeto não lida com crimes eletrônicos, direitos autorais ou normas de atuação das empresas telefônicas.

— O estabelecimento de um marco civil é uma pré-condição para que esses assuntos sejam discutidos.

O projeto, informou, estabelece que o responsável pela transmissão tem o dever de tratar de forma igual qualquer pacote de dados, independentemente do conteúdo — não pode beneficiar um tipo de informação e prejudicar outro.

Vital elogiou a iniciativa do governo de enviar a proposta para o Congresso e destacou a realização de várias audiências públicas, o que permitiu o aproveitamento de sugestões da sociedade.

— Já é hora de começarmos a delinear o marco legal para esse vasto mundo a que a rede mundial nos deu acesso.



Vital: “É um dos mais relevantes projetos no nosso Parlamento”

Integrantes de comissão dizem que ausência de internet rápida nos estádios que receberão os jogos da Copa das Confederações, em junho, prejudicará imagem internacional do Brasil



Senador Zeze Perrella comanda reunião da CCT: estádios da Copa das Confederações ainda não têm banda larga móvel

Senadores cobram banda larga em estádios

OS SENADORES DA Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) pediram urgência nas providências a serem adotadas pelo governo para garantir a disponibilidade de banda larga móvel nos seis estádios que sediarão a Copa das Confederações, em junho.

O presidente da CCT, Zeze Perrella (PDT-MG), e outros senadores da comissão tentavam ontem marcar uma reunião urgente com o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, e com os dirigentes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) em busca

dessas soluções.

Para Perrella, haverá prejuízo para a imagem do país se não existir banda larga nos estádios da Copa das Confederações. Ele criticou a negligência da Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa) quanto a essas providências.

— A Fifa não pode apenas querer lucrar com os jogos mundiais. A Fifa quer só ganhar. Toda a renda dos jogos é somente da Fifa. Tratamos a Fifa hoje como se ela fosse Deus. A Fifa é quem vai ganhar mais dinheiro com a Copa. Ela tem que ajudar no que for possível para o êxito da Copa.

Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu a utilização de tecnologias inovadoras já existentes no mercado para resolver as dificuldades que impedem o acesso à telefonia de qualidade nos estádios:

— Podemos, por exemplo, propor a utilização da tecnologia *femtocell* no Brasil.

Pinheiro explicou que as femtocélulas, como são conhecidas, são aparelhos capazes de reforçar o sinal das antenas de celular em um curto alcance, o que permite melhor qualidade dos serviços de telefonia e dados em locais onde o sinal é mais fraco.

Ministro da Ciência e Tecnologia falará no Senado

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, estará na próxima terça no Senado para falar das prioridades da pasta para os próximos dois anos e de um programa de desenvolvimento para a indústria nacional.

O convite foi aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado (CCT). O ministro confirmou presença.

Sob a presidência de Zeze Perrella (PDT-MG), a CCT também aprovou projetos outorgando ou renovando a concessão de sete emissoras de rádio.

Dois projetos foram retirados de pauta: o PLS 332/10, que obriga emissoras de rádio e TV a divulgar mensagens contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, e o PLS 679/11, destinado a criar a Política Nacional de Apoio aos Agrotóxicos e Afins

de Baixa Periculosidade.

Foi declarado prejudicado o PLS 394/09, que disciplinava o uso de espaços publicitários, bandeiras, hinos, logotipos e símbolos relativos à Copa do mundo de 2014 e à Copa das Confederações de 2013.

A CCT também decidiu apressar a criação de uma subcomissão destinada a intensificar estudos sobre o marco regulatório para a exploração de minérios terras-raras.

Casildo defende pesquisas do Brasil na Antártida

Casildo Maldaner (PMDB-SC) registrou a viagem que fez na semana passada à Antártida, para conhecer o Programa Antártico Brasileiro (Proantar), com uma comitiva de parlamentares brasileiros.

A missão oficial foi organizada pela Marinha e teve como objetivo acompanhar as atividades de pesquisa desempenhadas na base brasileira.

— Os resultados das



Casildo Maldaner, que participou de uma missão oficial à Antártida

pesquisas, sejam elas aplicadas ou não, podem trazer contribuições revolucionárias ao país e à humanidade num futuro próximo — assinalou o senador.

Casildo defendeu o investimento contínuo no programa. Ele lembrou que o Proantar completou 30 anos em 2012 e, ao longo desse período, permitiu a formação de centenas de cientistas e levou a importantes descobertas científicas.

O senador apoiou a ampliação da cooperação internacional prevista no Tratado Antártico. O documento, firmado em 1959 por 12 países para exploração científica do continente antártico, passou a contar com a assinatura do Brasil em 1982.

Comissão descarta convocar Marcos Valério

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) rejeitou ontem um pedido de convocação do empresário Marcos Valério, condenado pela Justiça no ano passado por gerenciar o esquema de compra de votos no Congresso Nacional conhecido como mensalão. Os senadores do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (SP) e Flexa Ribeiro (PA) pediram que ele fosse chamado a explicar declarações feitas em dezembro sobre a suposta participação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na fraude.

O requerimento, que gerou intenso debate, foi rejeitado pelos votos de oito senadores da base de apoio ao governo, que acham a ideia de trazer Marcos Valério ao Senado

uma tentativa de politizar o julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Pelo governo, Jorge Viana (PT-AC), Anibal Diniz (PT-AC) e Ana Rita (PT-ES) manifestaram-se contra a convocação do empresário por considerarem que o assunto está vencido.

— Ele teve todo o tempo para fazer suas revelações durante o julgamento e, se não o fez, eu não acredito que haja novidade crível a ser apresentada por esse personagem — disse Anibal.

Afirmou o líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira:

— O fato de ele ser condenado não significa nada, até porque há correligionários do PT condenados da mesma forma exercendo mandato na Câmara dos Deputados.



Flexa Ribeiro e Aloysio Nunes Ferreira conversam na reunião da CMA

Malta critica site por tirar petição pró-Malafaia

M a g n o Malta (PR-ES) protestou em Plenário contra a postura do site internacional de petições Avaaz diante do debate sobre a cassação ou não do registro de psicólogo do pastor Silas Malafaia. O senador acusou o site de ser antidemocrático e conduzir as petições de forma a “limpar ou sujar” o nome de quem os interessasse.

Segundo o senador, nas últimas semanas o site sediava uma petição reunindo assinaturas para cassação do registro profissional de Malafaia, por causa de suas declarações de que é preciso “reorientar” os homossexuais. Em contrapartida a essa petição, outra foi lançada, defendendo a manutenção do registro do pastor.

Malta disse que, quando a petição favorável a Malafaia alcançou 65.786 assinaturas, mais do que as 55 mil reunidas no pedido de cassação do registro, a petição em defesa do pastor foi retirada do ar.

Couto rebate acusações de jornal paraense

Mário Couto (PSDB-PA) negou que esteja respondendo a processo no Supremo Tribunal Federal (STF) em razão de ofensas dirigidas a uma mulher durante uma discussão sobre política ocorrida anos atrás.

A denúncia foi publicada pelo jornal *Diário do Pará*, da família do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), a quem Couto responsabilizou pelas acusações.

Couto leu trechos de carta em que Edisane Gonçalves de Oliveira, citada pelo jornal, pede desculpas ao próprio senador e nega as afirmações que teria feito contra ele.

Couto negou ainda que tenha dado um cheque sem fundo de R\$ 82 mil a um médico na compra de uma lancha. O senador voltou a apontar o envolvimento da família Barbalho no episódio e exibiu um laudo pericial segundo o qual a lancha era inadequada para navegação.